

05/10/2016 - Sinttel-ES

## PEC 241 vai levar salário, saúde e educação para o buraco

CUT promove nesta quarta-feira (5) Dia Nacional de Luta contra desmonte do Estado



Cartão de visitas do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), a PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional), deve ser votada no próximo dia 6. Sob relatoria de Tarcísio Perondi (PMDB-RS), o texto estabelece o congelamento por 20 anos de gastos governamentais.

Nas próximas duas décadas, o investimento em políticas públicas teria como base a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. Caso seja aprovada, ainda que a economia cresça, os governos federal, estaduais e municipais não poderão ampliar o investimento e desrespeitar o teto estabelecido pela emenda. Regras que afetam diretamente programas sociais como o Bolsa Família, políticas públicas para saúde e educação e até mesmo a política permanente de valorização do salário mínimo.

Nesta terça (4), houve a leitura de parecer e pedido de vistas. Como o prazo é de duas sessões, o tema deve voltar à pauta na quinta-feira. Em linhas gerais, transfere para 2018 a aplicação do teto para saúde e educação. Os demais setores serão atingidos pela

limitação.

Para frear essa puxada de tapete nos direitos trabalhistas, a CUT promoverá em 5 de outubro o Dia Nacional de Luta contra o Desmonte do Estado. A ideia é mostrar ao país como a PEC 241 atinge o coração dos investimentos e políticas que beneficiam toda a população.

Secretário-adjunto de Relações do Trabalho, Pedro Armengol, define a proposta como o motor do projeto de entrega dos serviços públicos ao setor privado, revestido de modernização arquitetada pelo ilegítimo Michel Temer (PMDB) e pelos financiadores do golpe.

“Essa é a mãe de todas as reformas. Se aprovada a PEC 241, não precisa nem discutir outros itens como o PL 257 – que congela o aumento dos servidores públicos –, porque o Estado já estará desmontado, sem nenhuma perspectiva de atendimento social. A Constituição estabelece o mínimo que deve ser aplicado em políticas públicas de saúde, educação e essa obrigação cai por terra com a proposta”, definiu.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Para ter uma ideia do impacto das alterações, caso já estivessem em vigor, o governo federal teria investido 47% menos em educação do que investe atualmente (R\$ 377 bilhões) e 26% a menos em saúde (R\$ 300 bilhões), conforme estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Só o fim

Analisa do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Marcos Verlaine, define a proposta como uma ferramenta para abrir às portas para a revogação de políticas de distribuição de renda, entre as quais, a política de valorização do mínimo.

“ O salário mínimo é uma lei federal, vão abrir espaço para alterar essas e outras conquistas, o candidato Aécio Neves (PSDB-MG) já falava isso em 2014 na campanha. E o argumento será o cumprimento do teto de gastos, que implicará na revisão de uma série de políticas” , alertou.

Ele acredita que a PEC, nos moldes em que foi enviada ao Congresso, é uma tentativa de anunciar o pior dos mundos para depois negociar.

“ De qualquer forma, essa medida vai afetar todas as políticas públicas de distribuição de renda, porque nascem do orçamento da União. E ao frear os gastos federais, acabam por limitar também o investimento em estados e municípios, que tem na União a maior parte do recurso para orçamento.”

Outro problema, avalia, será a gestão desse congelamento para lidar com demandas que vão desde a progressão na carreira dos servidores públicos até o aumento da demanda por políticas públicas com o aumento da natalidade.

Responsabilidade em dobro

Secretária-geral Adjunta da CUT, Maria Faria, aponta que os movimentos têm a responsabilidade de mostrar à sociedade o cenário devastador que se

forma disfarçado de aprimoramento de gestão.

“ Quando o governo golpista fala que não vai aumentar investimento, significa que vamos ter retrocesso no acesso a políticas públicas por parte da sociedade e dos trabalhadores que estão na base da pirâmide. O que fazemos é a defesa do estado brasileiro, do estado democrático” , falou.

Armengol também avalia que a atividade desta quarta-feira ganha ainda mais peso com avanços de proposta privatizantes nas eleições municipais.

“ No momento em que eleições sinalizam tendência de crescimento da direita, o ato no dia 5 toma dimensão muito maior de resistência da classe trabalhadora para evitar essa tragédia

Nossa missão é buscar mostrar isso aos trabalhadores, que o momento político vivido por nós é fruto de um golpe que escancarou a ascensão de forças comprometidas com a agenda neoliberal ortodoxa.”

### PROGRAMAÇÃO DO ATO EM BRASÍLIA:

05/10 – Quarta Feira

08h – Concentração no Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios

10h – Ato na Câmara Federal contra a PEC 241 – Auditório Nereu Ramos

Segue link do folheto produzido pela CUT, disponível nas versões para impressão gráfica e web:

ACORDA – Saúde e Educação: <http://s.cut.org.br/2c00gwo>



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/09/2016 ... Convergência Digital

## Software Livre e a política entreguista

Em um contexto contemporâneo, no qual todas as esferas (política, econômica e social) estão pautadas pela informatização - resultado da revolução tecnológica ocorrida, em especial, a partir do final da década de 80, como analisado pelo sociológico Manuel Castells (2013) [1] -, é primordial compreender que, devido à importância que assumiram, os ambientes virtuais passaram a ser controlados. O principal objetivo destas ações no âmbito dos Governos é manter o poder e, conseqüentemente, quebrar a soberania de outros países, ao passo que do lado das corporações é controlar a experiência de navegação dos usuários de Internet para garantir vantagens comerciais, como a venda de dados pessoais para o mercado publicitário.

Neste cenário, as ações de grupos como o Wikileaks, fundado por Julian Assange, e as contundentes denúncias realizadas por Edward Snowden sobre as espionagens eletrônicas indiscriminadas do Governo norte-americano, rotineiramente efetuada pela Agência Nacional de Segurança (NSA), em parceria com megaempresas da tecnologia virtual, sobre Governos e Presidentes, em especial, na América Latina, como ocorreu em 2013 com a presidenta afastada Dilma Rousseff (e com a Petrobrás), colocaram no centro do debate político internacional questões essenciais que relacionam poder, economia e tecnologia.

Para que as estratégias de monitoramento tenham esse êxito, se faz necessária a quebra de privacidade do usuário. Neste sentido, o software livre, no qual nos atentaremos neste artigo, e a criptografia são ferramentas que podem contribuir para que dados armazenados e, sobretudo, a navegação e a comunicação do usuário pela rede estejam protegidos da espionagem.

Para isso, é preciso quebrar as amarras construídas ao longo de décadas com as grandes corporações de softwares proprietários, como a Microsoft, que, além de ter colaborado intensamente com os serviços de inteligência dos Estados Unidos para permitir que as comunicações dos usuários fossem interceptadas, esconde a "7 chaves" os segredos de seus códigos para manter o recebimento bilionário de direitos autorais e de propriedade dos seus programas.

Com o objetivo de romper com este cenário, em

todos os continentes cresce o número de grupos de ativistas, pesquisadores, profissionais e demais interessados em criar e oferecer à todos o livre acesso à programas de informática, similares aos das megaempresas, mas sem a necessidade de remunerá-las monetariamente devido aos direitos autorais ou de propriedade. São programas com código aberto, o que permite aos usuários, caso tenham interesse, "abrir" a caixa preta, auditar os sistemas, aperfeiçoarem aquilo que já foi desenvolvido e assim por diante, tendo como princípio fundamental a democratização do acesso aos sistemas e programas e, claro, a segurança do usuário.

No entanto, para que essas alternativas se viabilizem e sejam amplamente usadas é essencial que tais iniciativas contem com o apoio do Estado, por meio da formulação e da implementação de políticas públicas para o setor.

### Governo Lula – movimentação pela adoção do Software Livre

Com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais em 2002 e sai posse em 2003, o movimento pela democratização das condições de "ciência, tecnologia e inovação" no Brasil encontram espaço significativo para disseminação do uso do software livre. Nesta linha, com a criação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia vinculada à Casa Civil, e sob a gestão do ativista da liberdade na rede, cientista político, sociólogo e, atualmente, professor adjunto da Universidade Federal do ABC, Sergio Amadeu, foi possível nos primeiros anos do Governo avançar em importantes medidas de incentivo à ampliação do software livre e de sua propagação como política pública federal.

"O ITI foi criado para articular projetos de pesquisas científica e de desenvolvimento tecnológico voltados, principalmente, à certificação digital. Por um acordo em que eu participei, o órgão passou a ser responsável pelo primeiro Comitê de Software Livre do Governo Federal. Esse Comitê foi muito apoiado pelo Ministro da Cultura, que na época era o Gilberto Gil, e pelo Arthur Pereira Nunes, que já tinha participado de políticas antigas para desenvolver uma política tecnológica nacional e que naquele momento era o secretário-adjunto de Políticas de Informática e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Porém, os dirigentes do governo davam uma importância inferior à questão tecnológica, eles entendiam o software como um mero produto que se compra e se usa e nós já entendíamos o software como um elemento crucial que precisava ser desenvolvido também no país, porque ele é um elemento chave de todos os processos fundamentais da chamada economia da informação. Neste sentido, existia uma disputa dentro do Governo para superarmos", conta o sociólogo.

Com o lema " Sim, é possível! ", diversos grupos de trabalho - como o Comitê Técnico de Implementação do Software Livre -, foram constituídos para a implementação de medidas em áreas como: i) inclusão e acesso digitais; ii) aprofundamento da estratégia do governo eletrônico; e iii) universalização da produção e acesso ao software livre, dentro e fora dos órgãos governamentais.

Dentre os diversos trabalhos desenvolvidos está um documento, intitulado " Guia Livre: Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal" , que estabeleceu pela primeira vez as diretrizes de gestão do ambiente, os elementos técnicos necessários, os critérios de planejamento da migração para software com licença GNU/GPL e as estratégias e diretrizes para romper a dependência tecnológica e financeira em relação aos grandes grupos, conforme texto assinado pelo então Presidente da República:

" Nos últimos três anos, implementamos uma forte política de independência tecnológica, de fortalecimento da pesquisa em computação de alto desempenho, de inclusão digital e de adoção do software livre. Elementos que compõem uma política industrial e uma estratégia de desenvolvimento nacional para esse setor".

Além disso, o texto refletia, com clareza, o pensamento e a vontade da maioria dos grupos de trabalho de software livre, integrantes do governo até o ano de 2005:

" Quero agradecer a todos os que defendem o software livre e lutam pelo aprofundamento e ampliação dos direitos de cidadania em todo o mundo. As potencialidades e os desafios das novas tecnologias da informação têm cada vez mais importância para o efetivo exercício desses direitos. Em nosso ponto de vista, o acesso a esses avanços tecnológicos deve ser direito de todos e não privilégio de poucos (...). "

Apesar dessa diretriz, a implementação do software livre precisava avançar com mais afinco e para isso se fazia necessário regulamentar uma política.

" Tínhamos adesões voluntárias ao software livre, o que permitiu avançarmos bastante. Quando iniciamos os

trabalhos nem 10% dos servidores de rede da explanada rodavam em software livre, o que era um anacronismo, porque a infraestrutura de rede já utilizava software livre no mercado, mas o Governo era dominado por lobbys, principalmente da Microsoft. Quando eu sai, um pouco antes de 3 anos nesse trabalho, nós já estávamos com cerca de 70% dos servidores de rede em Brasília utilizando Gnu/Linux, FreeBSD, enfim software livre, mas a gente tinha que avançar mais. Para isso, propusemos ao Lula um decreto, especificando o software livre como padrão do desenvolvimento e uso de software na administração pública federal, não como preferência, mas sim como padrão. É óbvio que um ministro ou um dirigente poderia não usar o software livre, mas para isso ele precisaria justificar o porquê ele ou o órgão dele não iria utilizar o software livre e iria comprar licenças proprietárias. O simples fato de tornar padrão o software livre, consolidaria uma série de práticas que estávamos fazendo voluntariamente, daria um sinal importante aos órgãos de fiscalização, pois o tribunal de contas olharia mais seriamente as licitações casadas que existem no mundo do software, as técnicas de aprisionamento que as empresas fazem e isso daria uma grande vantagem para o uso, dentro do governo, do Software Livre", enfatizou Amadeu.

A análise da solicitação do decreto proposto pelo Comitê de Implementação do Software Livre ocorreu em uma reunião na Granja do Torto, no ano de 2005, momento em que o governo se apresentou fracionado.

" As grandes estatais ficaram a favor do software livre, mas os Ministros Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e o Palocci (Fazenda) e partes do Ministério do Planejamento foram os mais contrários a adoção do software livre. O Lula em uma situação de decisão disse que como o governo estava dividido, ele não iria tomar nenhuma decisão e suspendeu a reunião. Depois disso, eu pensei 'política pública sem regulamento, sem estruturas definidas, vai ao sabor dos ventos' e foi aí que eu resolvi voltar para São Paulo. Eu não pude sair imediatamente, porque o Governo logo em seguida foi alvejado por várias denúncias, chamadas de Mensalão. Na época, a Dilma já estava na Casa Civil e ela havia me pedido para ficar um pouco mais, porém eu não tinha mais interesse, exceto se fosse para aplicar uma política consolidada de software livre, porém já estávamos sendo bloqueados por vários lobbys e eu precisava do decreto para avançar e ela não ia fazer força por aquele decreto, até porque nessa época o governo já estava com outra agenda e com uma crise política grande", relembra Amadeu.



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Sem o decreto, com a crise política que já se instaurava no governo, com o jogo de alianças cada vez mais presente para que a governabilidade fosse assegurada, além é claro da pressão das grandes corporações de software proprietário junto aos membros do governo, a implementação do software livre foi, pouco a pouco, perdendo espaço na pauta e nas ações federais.

“ Para você ter uma ideia de como se bloqueia o software livre, o chefe de gabinete do presidente do Serpro, era membro do Comitê de Implementação de Software Livre, como um dos representantes do Serpro. Certo dia, ele foi contratado para ser o chefe do escritório da Microsoft em Brasília. Ele, então, pediu demissão do Serpro e foi atuar na Microsoft. Quando ele ia visitar as pessoas nos órgãos, as pessoas perguntavam como estava o software livre e ele dizia que isso já era, que tinha acabado e que agora ele estava na Microsoft. Isso são ações orquestradas pelas grandes empresas. Por isso, sem decreto, só com o trabalho de adesão voluntária, fica muito difícil avançar” , relata o sociólogo.

## Governo Dilma – o descuido do software livre

Frente a este cenário político, Dilma, eleita em 2010, assume o governo em 2011 e o software livre sofre, já no início de sua gestão, alguns retrocessos, em especial no Ministério da Cultura (MINC), com a chegada de Ana de Hollanda, em 2011, que de cara solicita a retirada das licenças Creative Commons do site do MINC, mostrando uma nova visão frente às políticas digitais. “ Há retrocessos também na Caixa Federal, o PMBD, esse ligado à Eduardo Cunha, assume áreas estratégicas lá, por causa das alianças políticas, e vai destruindo o software livre” , conta Amadeu.

Em 2013, com as denúncias da espionagem feitas por Snowden, o Governo Dilma retoma algumas estratégias relacionadas ao software livre e à criptografia e cria o Decreto 8.135/13, que determina que “ as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista

da União e suas subsidiárias” , ou seja, notadamente, da Telebras e do Serpro. Porém, a transição ainda sangra muito no pântano burocrático e também nas resistências de gestores dos órgãos públicos para se materializar.

## E, agora, com Temer, como ficará o Software Livre?

Em documentos divulgados pelo Wikileaks em 2011, Michel Temer é citado como um dos informantes dos Estados Unidos no Brasil. Para o analista atento, essas denúncias já dizem muito sobre quais interesses Temer pretendia servir. Porém, o atual presidente não fez questão nenhuma de escondê-los e antes mesmo da consolidação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Senado, em entrevista concedida à revista Veja, em junho de 2016, Temer já afirmava sua política: privatizar tudo “ na medida do possível” .

Com uma linha de política econômica privatista, sem restrições para o capital estrangeiro e sem qualquer valorização da construção autônoma do país, tudo indica que o software livre sofrerá mais retrocessos em seu mandato.

“ Já estávamos assistindo retrocessos no Governo Dilma, agora no Governo Temer os lobbys vêm com força total. Esse é um governo complementarmente abduzido pelo que tem de pior no empresariado. O Temer em si não entende nada sobre software livre, é muito mais fácil ele atender ao lobby das empresas americanas, do que ele fazer uma reunião com a comunidade de software livre para entender a importância da tecnologia na gestão pública. Por outro lado, eu não acho que ele tem clareza para fazer qualquer ação no sentido de tirar todo o software livre do governo. Um cara que poderia fazer isso era o Eduardo Cunha, que foi afastado. Desta forma, o software livre talvez consiga manter o que foi construído até 2018 ou durante um período bem mais curto, pois nossa intenção é chamar eleições diretas para presidência da república, porque está mais que claro que o governo Temer é um governo de exceção, incapaz de conduzir o país. É preciso reestabelecer o processo democrático” , enfatiza Amadeu.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/10/2016 - Telesíntese

# Quadros assume Anatel com a missão de resolver a recuperação da Oi

Juarez Quadros quer a Anatel assumindo um papel mais pró-ativo na condução do processo de recuperação judicial da Oi. Ele quer assegurar os direitos dos consumidores e acena que vai negociar para que o governo feche uma posição única para os créditos. Ele teve seu nome aprovado pelo plenário do Senado por 49 senadores.



Quadros vai assumir a presidência da Anatel com duas prioridades, disse ele hoje, 4, aos jornalistas: promover uma reforma na estrutura administrativa da agência; e acompanhar, com atenção redobrada, o processo de recuperação judicial da Oi. Ou, em outras palavras, a agência reguladora vai passar a ter um papel muito mais ativo no processo de recuperação da empresa ao que estava adotando até agora. (Ressalvado o ativo e cuidadoso acompanhamento do conselheiro Igor de Freitas)

" A Oi é a maior concessionária brasileira. Infelizmente, foi um desastre econômico. Ela está em recuperação judicial, com uma dívida fabulosa e, por isso, precisa de uma atenção redobrada", afirmou o executivo.

Para ele, o interesse do consumidor é o primeiro

a ser preservado. E garantir a continuidade da prestação dos serviços deve ser o principal objetivo da agência reguladora. Mesmo o governo contando com representantes que têm diferentes papéis junto à empresa – ora integrante da sociedade (por intermédio BNDES), ora como credor (via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) ou como regulador (pela Anatel), - Quadros defende que a atuação do governo deva ser uníssona, de Estado.

E, depois de protegidos os direitos dos consumidores, ele defende que devam ser preservados também os interesses dos credores, sejam os credores públicos, sejam os privados. " A Oi é a maior operadora fixa, de banda larga. A nossa atenção deve ser para o consumidor, para a qualidade do serviço. Depois dessa prioridade, a outra questão deve ser a do governo ou dos créditos que o governo tem a receber. O outro nível de crédito é o dos credores privados que estão no processo", disse ele.

No entender do executivo, já que já foi feito o pedido de mediação, quando a Anatel e a AGU foram instadas a se manifestar, esse será o momento, entende ele, para a agência começar a articular as alternativas.

### Aprovação pelo Senado

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira, 4, a indicação de Juarez Quadros, ex-ministro das Comunicações, para o cargo de conselheiro e presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No total, 49 senadores aprovaram a indicação, seis foram contrários e houve uma abstenção. Sua indicação para o mandato até 2018 precisa ser publicada no Diário Oficial da União.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/10/2016 - Teletime

# Governo concede anistia a emissoras com outorga vencida

O presidente Michel Temer editou nesta segunda a Medida Provisória 747/2016, que na prática anistia as emissoras de radiodifusão comercial que perderam o prazo de renovação das concessões ou permissões. Nesses casos em que o pedido de renovação foi feito fora do prazo legal, o Poder Executivo dará continuidade à análise. A MP fala apenas em concessões e permissões. Como as emissoras comunitárias funcionam por autorização, o benefício da MP não se estende a elas. As entidades que tenham concessões vencidas e que ainda não tenham pedido a renovação ganham mais 90 dias para fazê-lo, e as outorgas que já tenham sido consideradas "peremptas" (ou seja, que tenham perdido o direito de renovação) por intempetividade no pedido, voltarão a ser analisadas.

A MP 747 reorganiza alguns procedimentos previstos na Lei 5,782/72, que dispõe sobre a renovação das outorgas. As emissoras precisam fazer o pedido de renovação com antecedência de 12 meses, mas não havendo manifestação do governo, elas podem

continuar em caráter precário. A novidade é que será permitida a transferência de controle mesmo das emissoras que operem em caráter precário (ou seja, que não tenham ainda a outorga renovada). A anuência para transferência direta depende de finalização do processo e a transferência indireta precisa ser efetivada por alteração societária em 90 dias.

Note-se que a anistia a emissoras de TV que perderam o prazo de renovação já vinha sendo discutida há algum tempo (antes do governo Temer), mas havia a expectativa de que houvesse uma negociação de contrapartidas e que se estendesse para radiodifusores comunitários de maneira isonômica. Existe certa confusão com os critérios de contagem do tempo, a única punição pela perda do prazo é a perda de outorga (o que cria distorções) e há a dificuldade de o ministério processar, em tempo, todos os pedidos, o que cria longas filas. Tudo isso seria justificativa para a edição da medida provisória, mas a falta de isonomia com a radiodifusão comunitária é algo a ser explicado.

05/10/2016 - Vermelho

# Daniel Almeida: Governo quer a precarização das relações de trabalho

Dado o final do primeiro turno das eleições municipais, a reforma trabalhista do governo voltou à pauta de discussões no Congresso Nacional. Mesmo que Michel Temer tenha afirmado que a matéria ficará "um pouco mais para adiante", a preocupação relativa a seu impacto é grande.

Para o líder da Bancada Comunista na Câmara,

deputado Daniel Almeida (BA), o que está por trás da reforma é a clara intenção de precarizar as relações trabalhistas por meio da regulamentação da terceirização.

Ouçã a entrevista em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287786-1>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/10/2016 - Portal Vermelho

# Temer gasta com publicidade para insuflar ódio da política

Um dia após a divulgação da pesquisa CNI/Ibope, que diz que o governo Temer é reprovado por 73% da população, o governo golpista lançou campanha publicitária para falar mal da presidenta eleita Dilma Rousseff. Incitando o ódio político, a peça publicada em diversos jornais de grande circulação, nesta quarta-feira (5), diz que é preciso equilibrar as contas para “tirar o país do vermelho”.

O governo não informa quanto gastou com a campanha, se limitando a dizer que não tem um valor porque ainda não fechou negociações com todos os veículos envolvidos. Segundo matéria da Folha de S. Paulo, além dos jornais, a campanha também será veiculada no rádio, TV e internet. O conteúdo da publicidade repete o discurso já papagueado pela grande mídia e diz que Temer “encontrou uma situação muito grave nas contas públicas” e aponta 14 pontos para tentar justificar essa tese.

O levantamento do Ibope apontou um aumento do percentual dos que consideram o governo Temer pior do que o de Dilma. A comparação desfavorável ao peemedebista subiu de 25% para 31%.

Na tentativa de reverter esse quadro, Temer decidiu com a campanha surfar no ódio e intolerância política. A estratégia de culpar o governo Dilma é para camuflar as medidas de arrocho e retirada de direitos que estão em tramitação no Congresso, entre os quais o projeto que prevê o congelamento dos gastos públicos, principalmente de programas sociais, saúde e educação, por 20 anos.

A peça diz que “equilibrar as contas públicas é mais do que necessário” para “nunca mais ter pedaladas” e para “definitivamente nunca mais ter 12 milhões de desempregados”.

Temer quer que os brasileiros acreditem que suas medidas são consequência dos “erros” do governo da presidenta Dilma. No entanto, o plano de governo

que tenta empurrar goela abaixo dos brasileiros não foi aquele escolhido pelas urnas. Tanto é que o slogan “Vamos tirar o Brasil do vermelho” é uma cópia de cartilha do PFL de 2004, utilizado pela direita para fazer oposição ao primeiro mandato do governo Lula.

O PMDB de Temer também já havia utilizado a frase durante programa de rádio e televisão, em setembro do ano passado, marcando o rompimento da legenda com o governo Dilma.

Segundo fontes da grande mídia, a vinheta de TV virá primeiro com a palavra Brasil exibida com fundo na cor vermelha, seguida da narração de um locutor: “Vamos tirar o Brasil do vermelho”. Nesse momento, o fundo da tela muda para o tom azul.

### Aumento de gasto com publicidade

Levantamento feito pelo jornalista Miguel do Rosário, do blog O Cafezinho, demonstra que o repasse de verbas do governo federal para os grandes grupos de comunicação cresceu pelo menos 50% de 2015 para 2016.

Além disso, o governo deixa claro que a promessa de Temer de cortar gastos por culpa da gestão Dilma não atingirá a Secretária de Comunicação da Presidência da República (Secom), que prevê para 2017 um aumento de 20% no orçamento. No próximo ano o orçamento será de cerca R\$ 350 milhões, segundo apontou o jornalista Ivanir José, do site Os Divergentes.

Em 2017 o gasto com publicidade de utilidade pública (PUP) será de R\$ 35, 369 milhões, enquanto a publicidade institucional custará aos cofres públicos R\$ 258,878 milhões. Para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), serão destinados R\$ 59, 953 milhões e, para capacitação de funcionários da Secretaria de Comunicação, serão investidos R\$ 800 mil. O gasto com propaganda é quase 10 vezes maior que os gastos com informação de utilidade pública.